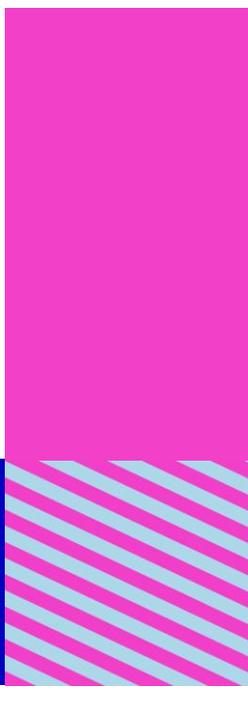




Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e
relatório dos auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

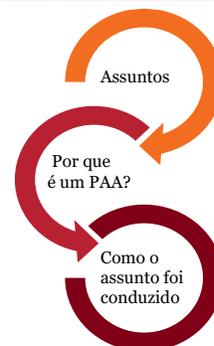
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos Contrato de leilão de energia - LER e LEN

Conforme descrito nas notas explicativas 14 e 17 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e Contrato de Leilão de Energia Nova (LEN). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada.

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quatrienalmente conforme estipulado em contrato.

Considerando o exposto acima, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN.

Também realizamos: i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos seus controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada e iv); revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o reconhecimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

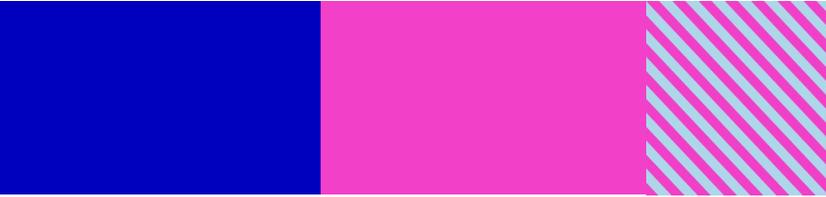
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 30 de março de 2020

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2



Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado do exercício.....	7
Demonstração do resultado abrangente do exercício	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1	Considerações gerais.....	12
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2019.....	13
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	14
2.1	Base de apresentação	14
2.2	Consolidação	14
2.3	Mudança de política contábil – Ressarcimento anual e quadrienal.....	15
2.4	Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras	15
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	15
3.1	IFRS 16 / CPC 06 (R2) – “Arrendamentos”	15
3.2	IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	16
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	16
5	Gestão de risco financeiro.....	16
5.1	Fatores de risco financeiro	16
5.2	Estimativa do valor justo	18
5.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade	19
6	Instrumentos financeiros por categoria	20
7	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	21
8	Caixa e equivalentes de caixa e conta reserva	21
8.1	Fundo de Liquidez – Conta reserva	22
9	Contas a receber de clientes	22
10	Partes relacionadas	23
11	Investimentos.....	25
12	Imobilizado	26
13	Empréstimos e financiamentos.....	29
14	Provisão de ressarcimento	32
15	Provisões	33
16	Patrimônio líquido.....	34
17	Receita.....	35
18	Abertura do resultado por natureza	36
19	Resultado financeiro líquido	37
20	Imposto de renda e contribuição social	37
21	Seguros (não auditado)	37
22	Eventos subsequentes.....	38

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Balança patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	125	268	82.444	60.561	Empréstimos e financiamentos	13	6.605	5.603	44.113	48.128
Fundo de liquidez - Conta reserva	8.1			5.472	4.824	Fornecedores		108	7	8.194	4.599
Contas a receber de clientes	9			75.844	85.284	Tributos a recolher		1		5.147	5.966
Tributos a recuperar		254	251	1.282	941	Partes relacionadas	10			1.468	
Dividendos a receber	10	31.224	33.515			Provisão de ressarcimento	14			8.273	732
Outros ativos			13	1.457	226	Dividendos a pagar	10	764	7.644	764	7.644
		<u>31.603</u>	<u>34.047</u>	<u>166.499</u>	<u>151.836</u>	Outros passivos				547	216
								<u>7.478</u>	<u>13.254</u>	<u>68.506</u>	<u>67.285</u>
Não circulante						Não circulante					
Fundo de liquidez - Conta reserva	8.1			39.698	58.336	Empréstimos e financiamentos	13	155.952	154.183	1.082.526	1.165.279
Outros ativos		9		16	7	Tributos a recolher				4.127	4.127
		<u>9</u>		<u>39.714</u>	<u>58.343</u>	Partes relacionadas	10	3.314	617		
						Provisão de ressarcimento	14			26.179	12.761
						Provisões	15			45.006	37.653
								<u>159.266</u>	<u>154.800</u>	<u>1.157.838</u>	<u>1.219.820</u>
Investimentos	11	713.137	730.385			Total do passivo		<u>166.744</u>	<u>168.054</u>	<u>1.226.344</u>	<u>1.287.105</u>
Imobilizado	12	18	18	1.597.573	1.672.663						
Intangível				581	659						
		<u>713.155</u>	<u>730.403</u>	<u>1.598.154</u>	<u>1.673.322</u>						
						Patrimônio líquido	16				
						Capital social		575.000	575.000	575.000	575.000
						Reserva legal		1.609	1.609	1.609	1.609
						Reservas de lucros		1.414	19.787	1.414	19.787
						Total do patrimônio líquido		<u>578.023</u>	<u>596.396</u>	<u>578.023</u>	<u>596.396</u>
Total do ativo		<u>744.767</u>	<u>764.450</u>	<u>1.804.367</u>	<u>1.883.501</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>744.767</u>	<u>764.450</u>	<u>1.804.367</u>	<u>1.883.501</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
6 de 38

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida da venda de energia	17			253.505	290.259
Custo da geração de energia	18			(130.167)	(128.405)
Lucro bruto				123.338	161.854
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	18	(116)	(644)	(7.800)	(18.122)
Outras receitas operacionais			6.199		6.208
		(116)	5.555	(7.800)	(11.914)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(116)	5.555	115.538	149.940
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	(728)	12.516		
		(728)	12.516		
Resultado financeiro líquido	19				
Receitas financeiras		8	11	7.780	6.383
Despesas financeiras		(17.537)	(21.227)	(130.827)	(148.008)
		(17.529)	(21.216)	(123.047)	(141.625)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.373)	(3.145)	(7.509)	8.315
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20			(10.864)	(11.460)
Prejuízo do exercício		(18.373)	(3.145)	(18.373)	(3.145)
Quantidade média ponderada de ações - milhares		575.000	575.000	575.000	575.000
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(0,03)	(0,01)	(0,03)	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Cont roladora e Consolidado	
	2019	2018
Prejuízo do exercício	(18.373)	(3.145)
Total do resultado abrangente do exercício	(18.373)	(3.145)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Retenção	Prejuízos acumulados	
Em 1º de janeiro de 2018	<u>590.500</u>	<u>(15.500)</u>	<u>1.609</u>	<u>22.932</u>		<u>599.541</u>
Prejuízo do exercício					(3.145)	(3.145)
Absorção da reserva de lucros com o prejuízo do exercício				(3.145)	3.145	
Total de contribuições e distribuições aos acionistas				<u>(3.145)</u>		<u>(3.145)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>590.500</u>	<u>(15.500)</u>	<u>1.609</u>	<u>19.787</u>		<u>596.396</u>
Prejuízo do exercício					(18.373)	(18.373)
Absorção da reserva de lucros com o prejuízo do exercício				(18.373)	18.373	
Total de contribuições e distribuições aos acionistas				<u>(18.373)</u>		<u>(18.373)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>590.500</u>	<u>(15.500)</u>	<u>1.609</u>	<u>1.414</u>		<u>578.023</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Cont roladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.373)	(3.145)	(7.509)	8.315
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	18			75.349	74.932
Juros de empréstimos e financiamentos	13	17.003	17.398	116.396	138.712
Apropriação dos custos de captações	13	302	258	6.124	4.227
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	15			7.695	1.737
Provisão de ressarcimento	14			20.959	12.798
Baixa de imobilizado	12			223	2.284
Equivalência patrimonial	11 (b)	728	(12.516)		
		(340)	1.995	219.237	243.005
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes				9.440	(322)
Tributos a recuperar		(3)	6	(341)	(437)
Demais créditos e outros ativos		4	56	(1.240)	1.164
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		101	624	3.595	3.388
Tributos a recolher		1		(1.613)	(2.090)
Partes relacionadas		2.697		1.468	
Demais obrigações e outros passivos				331	(1.117)
Caixa proveniente das operações		2.460	2.681	230.877	243.591
Juros pagos sobre empréstimos	13	(10.912)	(7.764)	(109.865)	(69.972)
Imposto de renda e contribuição social pagos				(10.070)	(8.324)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(8.452)	(5.083)	110.942	165.295
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	12			(729)	(8.855)
Aquisição de intangível				(17)	(500)
Investimento em contas reserva				17.990	(11.024)
Redução de capital dos investimentos	11 (b)	3.288	3.898		
Dividendos recebidos		15.523	13.800		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		18.811	17.698	17.244	(20.379)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de empréstimos e financiamentos	13	(846)	(9.934)	(94.929)	(60.737)
Adições dos custos de captações	13	(2.776)	(2.585)	(4.494)	(26.295)
Pagamento de dividendos		(6.880)		(6.880)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(10.502)	(12.519)	(106.303)	(87.032)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(143)	96	21.883	57.884
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		268	172	60.561	2.677
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		125	268	82.444	60.561

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
 Demonstração do valor adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas					
Venda de energia	17			264.815	301.898
Outras receitas operacionais			6.199		6.208
			6.199	264.815	308.106
Insumos adquiridos de terceiros					
Compra de energia elétrica	18			(14.908)	(21.342)
Serviços de terceiros e outros		(116)	(644)	(43.755)	(45.070)
		(116)	(644)	(58.663)	(66.412)
Valor adicionado bruto		(116)	5.555	206.152	241.694
Depreciação e amortização	18			(75.351)	(74.932)
Valor adicionado líquido produzido		(116)	5.555	130.801	166.762
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	11	(728)	12.516		
Receitas financeiras	19	8	11	7.657	6.383
		(720)	12.527	7.657	6.383
Valor adicionado total a distribuir		(836)	18.082	138.458	173.145
Distribuição do valor adicionado					
Encargos setoriais					
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	17			1.118	
				1.118	
Impostos e contribuições					
Federais				21.056	23.099
				21.056	23.099
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras	19	17.537	21.227	130.704	148.008
Aluguéis e arrendamentos	18			3.953	5.183
		17.537	21.227	134.657	153.191
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do exercício		(18.373)	(3.145)	(18.373)	(3.145)
		(18.373)	(3.145)	(18.373)	(3.145)
Valor adicionado distribuído		(836)	18.082	138.458	173.145

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), com sede em Maracanaú, Distrito Industrial, Estado do Ceará, foi constituída em 1º de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizada nos Estados de Pernambuco e Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Araripe III, com capacidade instalada total de 358 MW, por meio de suas investidas.

A Companhia é controlada direta da VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), *joint venture* controlada em conjunto pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e *Canada Pension Plan Investment Board* ("CPPIB").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), com preços fixos indexados à inflação.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

<u>Eólica</u>	<u>Central Geradora Eólio-elétrica (EOL)</u>	<u>Portaria MME</u>
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto I	423/2014
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto II	424/2014
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VI	460/2014
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VII	427/2014
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VIII	461/2014
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão I	451/2014
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão II	452/2014
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão III	453/2014
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão IV	181/2015
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão V	454/2014
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Onofre IV	180/2015
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 01	169/2015
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 02	390/2015
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 03	170/2015

<u>Eólica</u>	<u>Capacidade instalada MW</u>	<u>Energia assegurada por MWH/Ano</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	18,4	78.840	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	27,6	123.516	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	29,9	140.160	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	18,4	82.344	25/08/2014	25/08/2049
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	18,4	78.840	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	25,3	108.624	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	25,3	104.244	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	29,9	124.392	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	29,9	124.392	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	27,6	119.136	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	27,6	119.136	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	29,9	133.152	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	29,9	146.292	20/08/2015	20/08/2050
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	19,8	80.592	08/05/2015	08/05/2050

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR - Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- CCEAR – Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- LER – Leilão de Energia de Reserva;
- LEN – Leilão de Energia Nova

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2019

(a) Pagamento de dividendos

Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia pagou dividendos para a controladora VTRM no montante de R\$ 6.880, referentes ao exercício de 2017.

(b) Dividendos recebidos e deliberados

Em maio de 2019, as controladas Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A., Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A., Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A. deliberaram a distribuição de dividendos adicionais à Companhia, à conta de reserva de lucros, verificada no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018, no montante total de R\$ 11.228.

Em 2019, a Companhia recebeu dividendos de suas controladas, no montante total de R\$ 15.523, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais.

(c) Redução de capital em investidas

Em 15 de janeiro e 15 de julho de 2019, foram aprovadas as reduções de capital da investida Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A., no montante de R\$ 822, passando o capital social de R\$ 53.136 para 52.134.

Em 15 de janeiro e 15 de julho de 2019, foram aprovadas as reduções de capital da investida Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A., no montante de R\$ 971, passando o capital social de R\$ 57.261 para 56.290.

Em 15 de janeiro e 15 de julho de 2019, foram aprovadas as reduções de capital da investida Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A., no montante de R\$ 897, passando o capital social de R\$ 52.189 para 51.292.

Em 15 de janeiro e 15 de julho de 2019, foram aprovadas as reduções de capital da investida Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A., no montante de R\$ 597, passando o capital social de R\$ 45.910 para 45.313.

(d) Renegociação de empréstimos e financiamentos

Em outubro de 2019, as controladas assinaram aditivo ao contrato de financiamento com Repasse de recursos do BNDES para redução da taxa de juros. O custo médio acima da TJLP passou de 5,6% para 3,15% ao ano. As demais condições permanecem inalteradas. Adicionalmente, em novembro, as controladas efetuaram uma liquidação parcial antecipada no montante total de R\$ 55.816.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2019, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia e suas controladas divulgam espontaneamente sua demonstração do valor adicionado – (“DVA”), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as companhias abertas e são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, com exceção de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 18 de março de 2020.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As principais empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas Nota 2.2 (b).

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização	Atividade principal
	2019	2018		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica

2.3 Mudança de política contábil – Ressarcimento anual e quadrienal

As controladas da Companhia revisaram sua política contábil relativa aos ressarcimentos anuais e quadrienais e, a partir de janeiro de 2019, os valores que antes eram reconhecidos no resultado na rubrica "Custo com operação e serviços de energia" passaram a ser reconhecidos como redutores da receita, na rubrica "Receita líquida de venda de energia e dos serviços prestados". De acordo com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro esta alteração foi realizada de forma prospectiva.

2.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas é o Real ("R\$").

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

As alterações das normas existentes a seguir descritas foram publicadas e são obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas pela Companhia e suas controladas.

3.1 IFRS 16 / CPC 06 (R2) – "Arrendamentos"**(i) Principais pontos introduzidos pela norma**

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, esta norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

(ii) Impactos na adoção

A Companhia e suas controladas realizaram as análises necessárias para identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o enquadramento dos mesmos no conceito da norma. No entanto, com base no entendimento realizado pela Administração, não há impacto na contabilização de ativos e passivos, dado que os pagamentos variam em razão da receita efetiva de geração de energia.

3.2 IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

(i) Principais aspectos introduzidos pela norma

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, essa interpretação esclarece a forma como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração do CPC 32 – Impostos sobre o Lucro, quando existe incerteza quanto aos tratamentos do imposto sobre o lucro. Nessas circunstâncias, a Companhia deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo por impostos corrente ou diferido aplicando os requisitos do CPC 32 – “Impostos sobre o Lucro”, com base no lucro tributável (perda fiscal), na matéria coletável, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas taxas de imposto determinados em aplicação desta interpretação.

(ii) Impactos na adoção

A Companhia e suas controladas aderiram a interpretação a partir de sua vigência em 1º de janeiro de 2019, no entanto, com base no entendimento realizado pela Administração, não há impacto material na contabilização de posições incertas sobre os impostos sobre o lucro em razão da adoção desta nova interpretação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (i) Contas a receber (Nota 9)
- (ii) Imobilizado (Nota 12)
- (iii) Provisão de ressarcimento (Nota 14)
- (iv) Provisões (Nota 15)

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado; (b) risco de crédito; (c) risco de liquidez e (d) risco regulatório.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia e suas controladas seguem a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da Votorantim S.A. (“VSA”), controladora da VGE, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

(a) Risco de mercado

A Companhia e suas controladas adotam política específica para a gestão de riscos de mercado de energia, aprovada pelo Conselho de Administração da VGE, a qual estabelece parâmetros que visam o controle da exposição da carteira de compra e venda de energia da comercializadora assim como seus riscos inerentes, decorrentes da variação dos preços *spot* de energia, das projeções de preços futuros e da composição do lastro de energia para planos futuros.

(b) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	6.998	6.073	6.941	147.485	167.497
Partes relacionadas		3.314			3.314
Fornecedores	108				108
	<u>7.106</u>	<u>9.387</u>	<u>6.941</u>	<u>147.485</u>	<u>170.919</u>
	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	123.892	242.219	250.602	1.190.116	1.806.829
Partes relacionadas	1.468				1.468
Fornecedores	8.194				8.194
	<u>133.554</u>	<u>242.219</u>	<u>250.602</u>	<u>1.190.116</u>	<u>1.816.491</u>

(d) Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo.

	Nota	Valor justo medido com base em					
		Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)		Técnica de valorização suportada por preços observáveis (Nível 2)		Valor justo	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	8	125	82.444			125	82.444
Fundo de liquidez - conta reserva	8.1		45.170				45.170
		125	127.614			125	127.614
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	13			162.557	1.126.639	152.139	1.148.470
		125	127.614	162.557	1.126.639	152.139	1.148.470

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, de aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos são a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as Políticas Financeiras da VSA.

Os cenários em 31 de dezembro de 2019 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2019, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2020;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2019.

					Controladora				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Equivalentes de caixa (i)	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2019	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI	49		BRL mil	-16 bps*		(1)	(1)	1	1
IPCA		162.239	BRL mil	-22 bps*	357	1.367	2.734	(1.367)	(2.734)
					Consolidado				
					Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Equivalentes de caixa e conta reserva (i)	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2019	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI	119.984		BRL mil	-16 bps*	(183)	(1.260)	(2.519)	1.260	2.519
IPCA		162.239	BRL mil	-22 bps*	357	1.367	2.734	(1.367)	(2.734)
TJLP		1.029.043	BRL mil	0 bps*		15.307	30.614	(15.307)	(30.614)

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de caixa e equivalentes de caixa, conta reserva e empréstimos e financiamentos, pois a análise realizada contemplou somente os cenários de taxas de juros sobre o valor principal das operações financeiras.

*bps - basis points

6 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

As compras e vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem.

(a) Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(i) Custo amortizado

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes	9			75.844	85.284
				<u>75.844</u>	<u>85.284</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8	125	268	82.444	60.561
Fundo de liquidez - Conta reserva	8.1			45.170	63.160
		<u>125</u>	<u>268</u>	<u>127.614</u>	<u>123.721</u>
Passivos					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	13	162.557	159.786	1.126.639	1.213.407
Fornecedores		108	7	8.194	4.599
Partes relacionadas	10	3.314	617	1.468	
		<u>165.979</u>	<u>160.410</u>	<u>1.136.301</u>	<u>1.218.006</u>

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

7 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2019	2018	2019	2018
AAA	118	268	114.346	123.721
AA	1		15	
AA-			13.250	
Sem rating	6		6	
	<u>125</u>	<u>268</u>	<u>127.617</u>	<u>123.721</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*.

8 Caixa e equivalentes de caixa e conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional				
Depósitos bancários a vista	76	5	7.630	2.841
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	49	263	74.814	57.720
	<u>125</u>	<u>268</u>	<u>82.444</u>	<u>60.561</u>

8.1 Fundo de Liquidez – Conta reserva

São os depósitos bancários feitos em contas com restrição de movimentação por força de cláusula contratual de financiamentos, sem liquidez imediata, classificados no ativo circulante e não circulante.

Os empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total de caixa restrito em contas reserva é de R\$ 45.170 (R\$ 63.160 em 31 de dezembro de 2018).

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

As controladas da Companhia analisam a posição de vencimentos da carteira de clientes e selecionam os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exercem o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

(a) Composição

	Consolidado	
	2019	2018
ACR		
Leilão de Energia Nova (LEN)	21.700	18.075
Leilão de Reserva de Energia (LER)	7.084	6.907
	<u>28.784</u>	<u>24.982</u>
ACL		
Partes relacionadas	3.023	2.919
Créditos a receber com a CCEE	44.037	57.383
	<u>47.060</u>	<u>60.302</u>
	<u>75.844</u>	<u>85.284</u>

Contas a receber ACR: representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratos firmados conforme participação em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários.

Contas a receber ACL: representados por conta a receber de contratos de operações de venda de energia, em ambiente de contratação livre.

Contabilização CCEE: o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao preço de liquidação das diferenças ("PLD"), podendo representar valor a receber ou a pagar.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	29.384	24.982
Vencidos até 3 meses	45.673	60.302
Vencidos entre 3 a 6 meses	624	
Vencidos há mais de 6 meses	163	
	<u>75.844</u>	<u>85.284</u>

10 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos, principalmente comercialização de energia.

(a) Controladora

	Dividendos a receber		Dividendos a pagar		Controladora	
	2019	2018	2019	2018	Fornecedores	
					2019	2018
Sociedade controladora						
VTRM Energia Participações S.A.			764	7.644		
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Ventos de Santo Estevão I Energia Renováveis S.A.					234	44
Ventos de Santo Estevão II Energia Renováveis S.A.	2.048	2.527			234	44
Ventos de Santo Estevão III Energia Renováveis S.A.					277	51
Ventos de Santo Estevão IV Energia Renováveis S.A.	3.526	4.498			277	51
Ventos de Santo Estevão V Energia Renováveis S.A.	6.296	7.561			256	48
Ventos de Santo Augusto I Energia Renováveis S.A.	1.514	1.569			169	32
Ventos de Santo Augusto II Energia Renováveis S.A.	180				257	48
Ventos de Santo Augusto VI Energia Renováveis S.A.	2.368	3.580			277	51
Ventos de Santo Augusto VII Energia Renováveis S.A.	3.209	2.723			170	32
Ventos de Santo Augusto VIII Energia Renováveis S.A.					170	32
Ventos de Santo Onofre IV Energia Renováveis S.A.	1.876	2.471			256	48
Ventos de São Virgílio 01 Energia Renováveis S.A.	1.048	1.917			277	51
Ventos de São Virgílio 02 Energia Renováveis S.A.	6.453	3.367			277	51
Ventos de São Virgílio 03 Energia Renováveis S.A.	2.706	3.302			183	34
	<u>31.224</u>	<u>33.515</u>	<u>764</u>	<u>7.644</u>	<u>3.314</u>	<u>617</u>

(b) Consolidado

	Consolidado								
	Contas a receber de clientes		Fornecedores	Dividendos a pagar		Vendas		Compras	
	2019	2018	2019	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sociedades coligadas									
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	3.023	2.919	1.468			9.628	43.783	8.038	4.395
Sociedade controladora									
VTRM Energia Participações S.A.				764	7.644				
	<u>3.023</u>	<u>2.919</u>	<u>1.468</u>	<u>764</u>	<u>7.644</u>	<u>9.628</u>	<u>43.783</u>	<u>8.038</u>	<u>4.395</u>

11 Investimentos

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Para ser classificada como entidade controlada em conjunto, deve existir acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(a) Composição

								Controladora
	Informações em 31 de dezembro de 2019				Resultado de equivalência patrimonial			Saldo
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)				
					2019	2018	2019	2018
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santo Estevão I Energia Renováveis S.A.	50.067	(1.885)	100,00	100,00	(1.885)	(419)	50.067	52.775
Ventos de Santo Estevão II Energia Renováveis S.A.	52.376	(324)	100,00	100,00	(324)	482	52.376	53.044
Ventos de Santo Estevão III Energia Renováveis S.A.	50.552	(1.678)	100,00	100,00	(1.678)	(1.462)	50.552	53.201
Ventos de Santo Estevão IV Energia Renováveis S.A.	61.847	(3.645)	100,00	100,00	(3.645)	(1.500)	61.847	65.492
Ventos de Santo Estevão V Energia Renováveis S.A.	55.858	1.612	100,00	100,00	1.612	2.176	55.858	56.179
Ventos de Santo Augusto I Energia Renováveis S.A.	32.047	(788)	100,00	100,00	(788)	761	32.047	33.377
Ventos de Santo Augusto II Energia Renováveis S.A.	51.869	971	100,00	100,00	971	765	51.869	51.974
Ventos de Santo Augusto VI Energia Renováveis S.A.	57.668	624	100,00	100,00	624	1.558	57.668	58.303
Ventos de Santo Augusto VII Energia Renováveis S.A.	36.259	446	100,00	100,00	446	1.372	36.259	36.896
Ventos de Santo Augusto VIII Energia Renováveis S.A.	35.868	(1.055)	100,00	100,00	(1.055)	(718)	35.868	37.521
Ventos de Santo Onofre IV Energia Renováveis S.A.	58.985	1.592	100,00	100,00	1.592	1.297	58.985	58.696
Ventos de São Virgílio 01 Energia Renováveis S.A.	70.502	869	100,00	100,00	869	1.401	70.502	70.839
Ventos de São Virgílio 02 Energia Renováveis S.A.	58.224	2.475	100,00	100,00	2.475	6.757	58.224	61.086
Ventos de São Virgílio 03 Energia Renováveis S.A.	41.015	58	100,00	100,00	58	46	41.015	41.002
					(728)	12.516	713.137	730.385

(b) Movimentação

	Nota	Controladora	
		2019	2018
Saldo inicial do exercício		730.385	758.567
Equivalência patrimonial		(728)	12.516
Dividendos deliberados		(11.228)	(36.800)
Dividendos mínimos obrigatórios		(2.004)	
Redução de capital	1.1 (c)	(3.288)	(3.898)
Saldo no final do exercício		<u>713.137</u>	<u>730.385</u>

12 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 15 – Provisões).

Com exceção dos terrenos, que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciações utilizadas nas controladas da Companhia são definidas pela ANEEL através da resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – "UGC"). Os ativos não financeiros que

tenham sido impactados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de possível reversão do *impairment* na data do balanço.

As controladas da Companhia não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

								Consolidado	
								2019	2018
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Desmobilização de ativos	Terrenos	Obras em andamento	Total	Total	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	1.755.148	4.382	138	37.313	168	7.120	1.804.269		1.798.486
Depreciação acumulada	(130.569)	(281)	(19)	(660)		(77)	(131.606)		(56.692)
Saldo líquido	1.624.579	4.101	119	36.653	168	7.043	1.672.663		1.741.794
Adições	65	33				631	729		8.855
Baixas						(223)	(223)		(2.284)
Depreciação	(74.063)	(143)	(8)	(1.117)		77	(75.254)		(74.914)
Outros				(342)			(342)		(788)
Saldo no final do exercício	1.550.581	3.991	111	35.194	168	7.528	1.597.573		1.672.663
Custo	1.755.213	4.415	138	36.971	168	7.528	1.804.433		1.804.269
Depreciação acumulada	(204.632)	(424)	(27)	(1.777)			(206.860)		(131.606)
Saldo no final do exercício	1.550.581	3.991	111	35.194	168	7.528	1.597.573		1.672.663
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	3	6	3					

Em 2019 não houve adições e baixas significativas que impactassem o ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, sendo que os principais ativos são os aerogeradores das centrais eólicas.

13 Empréstimos e financiamentos**Política contábil**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

								Controladora	
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
Modalidade	Encargos anuais médios	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	
Moeda nacional									
Debêntures	IPCA + 6,99%	6.605	5.603	155.952	154.183	162.557	159.786	152.139	
		<u>6.605</u>	<u>5.603</u>	<u>155.952</u>	<u>154.183</u>	<u>162.557</u>	<u>159.786</u>	<u>152.139</u>	
								Consolidado	
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
Modalidade	Encargos anuais médios	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	
Moeda nacional									
BNDES	TJLP + 2,83%	37.508	42.525	926.574	1.011.096	964.082	1.053.621	996.331	
Debêntures	IPCA + 6,99%	6.605	5.603	155.952	154.183	162.557	159.786	152.139	
		<u>44.113</u>	<u>48.128</u>	<u>1.082.526</u>	<u>1.165.279</u>	<u>1.126.639</u>	<u>1.213.407</u>	<u>1.148.470</u>	

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. É o custo básico de financiamentos do BNDES.

(b) Perfil de vencimento

Controladora										
Modalidade	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	A partir de 2028	Total
Moeda nacional										
Debêntures	6.605	3.945	1.343	2.210	3.945	10.018	10.018	10.018	114.454	162.557
	<u>6.605</u>	<u>3.945</u>	<u>1.343</u>	<u>2.210</u>	<u>3.945</u>	<u>10.018</u>	<u>10.018</u>	<u>10.018</u>	<u>114.454</u>	<u>162.557</u>
	<u>4,06%</u>	<u>2,43%</u>	<u>0,83%</u>	<u>1,36%</u>	<u>2,43%</u>	<u>6,16%</u>	<u>6,16%</u>	<u>6,16%</u>	<u>70,41%</u>	<u>100,00%</u>
Consolidado										
Modalidade	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	A partir de 2028	Total
Moeda nacional										
BNDES	37.508	40.093	41.583	50.456	54.899	59.342	63.786	77.110	539.305	964.082
Debêntures	6.605	3.945	1.343	2.210	3.945	10.018	10.018	10.018	114.455	162.557
	<u>44.113</u>	<u>44.038</u>	<u>42.926</u>	<u>52.666</u>	<u>58.844</u>	<u>69.360</u>	<u>73.804</u>	<u>87.128</u>	<u>653.760</u>	<u>1.126.639</u>
	<u>3,92%</u>	<u>3,91%</u>	<u>3,81%</u>	<u>4,67%</u>	<u>5,22%</u>	<u>6,16%</u>	<u>6,55%</u>	<u>7,73%</u>	<u>58,03%</u>	<u>100,00%</u>

(c) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial do exercício	159.786	162.413	1.213.407	1.227.472
Provisões de juros	17.003	17.398	116.396	138.712
Adições dos custos de captações	(2.776)	(2.585)	(4.494)	(26.295)
Apropriações de custos com captações	302	258	6.124	4.227
Juros pagos	(10.912)	(7.764)	(109.865)	(69.972)
Liquidações	(846)	(9.934)	(94.929)	(60.737)
Saldo no final do exercício	162.557	159.786	1.126.639	1.213.407

(d) Garantias

Parque eólico	Modalidade	Garantias
	BNDDES	Garantia Votorantim S.A. ⁽¹⁾ e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Araripe III	Repasse BNDDES	Garantia VTRM Energia Participações S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
	Debêntures	Garantia SPES ⁽²⁾ ; Fiança bancária ⁽¹⁾ ; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(1) Garantias serão liberadas após o cumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos.

(2) Empresas que formam o Complexo Eólico Ventos do Araripe III.

(e) Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme último período de apuração.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas. Vide abaixo quadro com a composição do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) consolidado em 31 de dezembro de 2019.

	2019
Prejuízo do exercício	(18.373)
Imposto de renda e contribuição social	10.864
Prejuízo antes dos impostos	(7.509)
(+) Resultado financeiro, líquido	123.047
(+) Depreciação e amortização	75.428
EBITDA Ajustado	190.966
(-) Imposto de renda e contribuição social	(10.864)
Geração de caixa da atividade [a]	180.102
Serviço de dívida [b]	(204.794)
(-) Pagamento de principal	(94.929)
(-) Pagamento de juros	(109.865)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD (i) [a]/[b]	0,88
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD (ajustado) [a]/[b]	1,21

(i) ICSD considerando liquidação parcial antecipada do contrato de Repasse, no valor de R\$ 55.816, e com pagamento executado em 05 de novembro de 2019.

14 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LER: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em 12 parcelas mensais para Araripe III e em parcela única para Piauí I no segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano de atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LER: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais para Araripe III e em parcela única para Piauí I, ambos os casos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	13.493	
Adições	20.959	13.493
Saldo no final do exercício	34.452	13.493
Circulante	8.273	732
Não Circulante	26.179	12.761
	34.452	13.493

15 Provisões**Política contábil****Obrigações com desmobilização de ativos**

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado

como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado, essas estimativas são revisadas anualmente.

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	37.653	35.916
Reversão de provisão	(342)	
Ajuste a valor presente	7.695	1.737
Saldo no final do exercício	45.006	37.653

16 Patrimônio líquido

Política contábil

Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 590.500 sendo R\$ 575.000 de capital subscrito e R\$ 15.500 de capital a integralizar, composto por 575.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

(d) Prejuízo básico e diluído por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade de ações em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

	2019
Prejuízo do exercício	(18.373)
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	575.000
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais	(31,95)

17 Receita**Política contábil**

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado.

O IFRS 15 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e sua adoção pela Companhia não resultou em quaisquer alterações no prazo ou valor de reconhecimento de receita segundo o modelo IFRS 15 em comparação com a receita que seria reportada na IAS 18 "Receita".

Para isso, as controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia das controladas são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para as controladas.

Venda de energia elétrica

	2019	2018
ACR		
LER	82.177	87.379
LEN	164.963	149.013
	<u>247.140</u>	<u>236.392</u>
ACL		
Contabilização CCEE	8.047	21.723
Partes relacionadas	9.628	43.783
	<u>17.675</u>	<u>65.506</u>
Venda de energia	<u>264.815</u>	<u>301.898</u>
Deduções sobre a venda de energia		
Impostos sobre vendas	(10.192)	(11.639)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(1.118)	
	<u>(11.310)</u>	<u>(11.639)</u>
Receita líquida	<u>253.505</u>	<u>290.259</u>

As receitas das controladas da Companhia são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

18 Abertura do resultado por natureza

	Controladora	
	Despesas Gerais e Administrativas	
	2019	2018
Materiais		178
Serviços de terceiros	79	455
Outras	37	11
	<u>116</u>	<u>644</u>

	Consolidado			
			2019	2018
	Custo de compra e produção de energia	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Depreciação e amortização	74.229	1.122	75.351	74.932
Custo com suprimento de energia	14.898	10	14.908	21.342
Custos de manutenção e de transmissão	13.557	443	14.000	12.903
Serviços de operação e manutenção - O&M	22.110		22.110	12.691
Indenizações				7.777
Aluguéis e arrendamentos	3.836	117	3.953	5.183
Materiais	52	305	357	500
Serviços de terceiros	1.038	3.506	4.544	7.158
Seguros	286	1.478	1.764	2.049
Outras	161	819	980	1.992
	<u>130.167</u>	<u>7.800</u>	<u>137.967</u>	<u>146.527</u>

19 Resultado financeiro líquido**Política contábil****Receitas (despesas) financeiras**

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência. A receita financeira decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é reconhecida conforme o prazo decorrido das operações, usando-se da taxa de juros efetiva.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8	11	7.591	6.383
Juros sobre ativos financeiros			66	
Outras receitas financeiras			123	
	<u>8</u>	<u>11</u>	<u>7.780</u>	<u>6.383</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.003)	(17.398)	(116.396)	(138.712)
Apropriações dos custos com captações	(302)	(258)	(6.124)	(4.227)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos			(7.695)	(1.737)
Outras despesas financeiras	(232)	(3.571)	(612)	(3.332)
	<u>(17.537)</u>	<u>(21.227)</u>	<u>(130.827)</u>	<u>(148.008)</u>
	<u>(17.529)</u>	<u>(21.216)</u>	<u>(123.047)</u>	<u>(141.625)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As controladas optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 10.864 (R\$ 11.460 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

21 Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

22 Eventos subsequentes

Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia e suas controladas informam que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta Pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

O Comitê de Crise da Companhia está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. Estamos avaliando o assunto também junto aos nossos clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não é possível estimar os eventuais impactos que a pandemia poderá trazer para o mercado em geral e para os nossos negócios.

Adicionalmente, considerando a análise das informações e dados que temos até o momento, não temos visibilidade de qualquer impacto em nossas Demonstrações Financeiras ou indícios que impliquem em mudanças em nossas estimativas contábeis decorrentes do COVID-19.

Por fim, informamos que até o presente momento, não tivemos impactos em nossas operações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos à eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a nova pandemia poderá provocar.